



Sobre Fluxos e(m) Contextos Africanos

Juliana Braz Dias e Andréa de Souza Lobo

O livro *África em Movimento* nasceu do desejo de reunir pesquisadores interessados nas complexas dinâmicas de circulação, trânsitos e mediações em contextos africanos. O enfoque da obra está no movimento de pessoas, coisas (mercantilizadas ou não), informações, símbolos e valores envolvendo sociedades africanas em escala supranacional (regional, continental ou global), revelando a existência de uma pluralidade de fluxos e refluxos que atravessam os limites anteriormente imaginados pela antropologia.

Nos últimos tempos, antropólogos têm prestado atenção crescente na interdependência supranacional e nas trocas vinculadas a ela. São estudos que se concentram de maneira especial na migração de pessoas e na circulação de coisas no contexto de uma economia mundial transnacional. Fluxo, mobilidade e recombinação tornaram-se temas favoritos para a antropologia à medida que processos em grande escala põem novas questões para nossa reflexão sobre cultura e sociedade (HANNERZ, 1997, p. 7-8). Um traço recorrente nesses estudos é a associação, explícita ou implícita, entre fluxos globais e configurações socio-culturais específicas, que teriam a marca da contemporaneidade e nas quais a noção de fronteira seria diluída. Neste livro, propomos um caminho distinto. Voltamos nosso olhar para sociedades em que a mobilidade, historicamente, tem desempenhado um papel estruturante. Como analisar realidades em que a ideia de movimento é um valor em nada incompatível com processos de fixação de limites de várias ordens? Como tratar de casos nos quais a própria mobilidade é um traço diacrítico? É possível dar conta dessas realidades caracterizadas por trânsitos diversos sem pressupor uma ruptura, tanto no que diz respeito aos fenômenos que analisamos quanto às ferramentas teórico-metodológicas de que dispomos?

A intenção desta coletânea é dupla. Primeiro, reunir um conjunto de casos empíricos referentes a sociedades africanas nas quais fluxos e refluxos de múltiplas naturezas têm profundidade histórica e estão estruturalmente enraizados,





fornecendo, de maneira aparentemente paradoxal, um ingrediente importante para a consolidação de fronteiras (espaciais, étnicas, geracionais e de gênero). Segundo, trazer para a discussão o papel do método etnográfico no tratamento dessas realidades. Os artigos aqui reunidos fornecem elementos que contribuem para avaliarmos em que medida os novos olhares sobre contextos marcados pela fluidez e pela mobilidade implicam uma revisão metodológica que viabilize reformulações de teorias, a fim de dar conta das realidades em análise. Os textos desta coletânea remetem a estas questões por meio de um diálogo com outras formas narrativas (cinema, literatura, música etc.) que, como a etnografia, têm procurado abordar a temática do movimento.

FLUXOS CONTEMPORÂNEOS E GLOBAIS?

Estudos antropológicos dos últimos 30 anos têm enfatizado o mundo contemporâneo no que concerne aos processos de mudanças globais. Um passeio pouco sistemático pelos bancos de teses, pelas publicações recentes, pelos temas das conferências e pelos números temáticos de revistas nacionais e internacionais pode confirmar a recorrência de estudos relacionados ao desenvolvimento, às perspectivas comparativas fundadas em trabalho de campo multissituado, ao meio ambiente no planeta, à interdependência global e aos fluxos em escala mundial e em contextos transnacionais.

Tal tendência vem acompanhada de um novo universo semântico – o dos trânsitos, circulações e movimentos – que tenta superar a antiga divisão do mundo em territórios nacionais, agora trespassados por fluxos globais que têm sido entendidos como processos sociais, econômicos, culturais e demográficos que transcendem as nações, gerando a intensificação das relações sociais em escala mundial (KEARNEY, 1995). Tal perspectiva prolifera a mensagem de que a globalização atual conecta localidades distantes de tal forma que acontecimentos locais são moldados por eventos que ocorrem a muitas milhas de distância e vice-versa.

O movimento toma, portanto, lugar central na antropologia contemporânea, que se vê permeada por uma constelação de teorias e problemas que exigem a construção de novas visões sobre o espaço, o tempo e os processos de classificação. Segundo alguns especialistas, este deslocamento permitiria afastar as imagens bipolares do espaço e do tempo, alcançando uma perspectiva global multidimensional, permeada por subespaços e fronteiras descontínuos e interpenetráveis, de tal forma que a própria separação entre o global e o local se torna de difícil delimitação (KEARNEY, 1995; APPADURAI, 1996; HANNERZ, 1997). E a miríade semântica (TRAJANO FILHO, 2010) amplia-se, incorporando os conceitos de desterritorialização, transnacionalização, transmigrantes, hiperespaços, espaços hiperreais e globais, entre tantos outros.





Porém, esse processo **não acontece sem reflexão crítica**. Com relativa frequência, estudos têm apontado a necessidade de questionar a aparente contemporaneidade dos fluxos na conformação de identidades e nos processos de reprodução social, bem como a efetividade da pressuposição quanto ao aumento da circulação de coisas, pessoas e informações em escala global nas últimas décadas. Ribeiro (2011), ao pensar o conceito de globalização, afirma que talvez o erro mais primário seja o de considerá-la um fenômeno que só passou a existir a partir do final do século XX. Para o autor, sem uma longa história de expansão capitalista não existiria o denominado “capitalismo triunfante”, sem barreiras e englobador de novos mercados e territórios (RIBEIRO, 2011, p. 7). Hannerz (1997), ao refletir sobre as palavras-chave da antropologia transnacional, também se questiona sobre o que há de realmente novo em tudo isso. Sua resposta resgata a profundidade histórica dos fluxos mundiais; sinaliza, contudo, a necessidade de periodização, pois nem sempre se trata da mesma globalização. Neste sentido, vale citar o polêmico trabalho de Nayan Chanda (2007), que remonta a globalização a um período há mais de 50 mil anos, associada a um processo que, segundo o autor, se inicia na África.

Entretanto, cabe ainda refletir sobre aspectos que, a nosso ver, se encontram pouco debatidos na literatura no que se refere ao que denominamos de “percepção ilusória de novidade”. Se, como vimos, a crítica sobre a antiguidade dos fenômenos de globalização já foi realizada, tornando-se, inclusive, lugar comum nos estudos sobre o tema, nos parece que a noção de movimento enquanto valor, associado a desenvolvimentos contemporâneos que rompem com velhos padrões de cultura e sociedade, continua a encantar antropólogos que, diante dessas “novas” realidades, se veem impelidos a esboçar outros conceitos que deem conta de realidades que o arcabouço *démodé* da antropologia já não consegue abarcar.

Esta percepção ilusória de novidade desdobra-se, portanto, numa obsessão pelas situações de ruptura que, em sua maioria, não fazem mais do que reiterar visões dicotômicas de tempo e espaço, enfatizando um antes e um depois que parecem refletir mais uma imagem criada para sustentar teorias que se pretendem novas do que processos sociais efetivos. Argumentamos que incorporar a perspectiva histórica nestas análises pode se constituir em via adequada para fugir da ilusão de que tudo antes era estagnação e tudo agora é movimento. Trajano Filho, no próximo artigo, argumenta nesta mesma linha ao tratar dos riscos do que chama de “presentismo”.

Para além disso, analisar contextos contemporâneos a partir das construções históricas nos permitirá dar conta de realidades que não se constituem e não se reproduzem “apesar dos fluxos”, mas graças a eles, tendo no movimento não uma novidade decorrente de fenômenos globais contemporâneos, mas algo





que é estruturante. Os artigos de Macagno, de Guran e o de Sarró e Santos, presentes nesta coletânea, são preciosos exemplos de grupos sociais que se estruturam a partir dos fluxos e dos refluxos. No primeiro caso, temos os chineses da Beira (cidade moçambicana na Província de Sofala) em uma análise que, a partir da noção de “cidadania ambígua”, tenta dar conta deste grupo social em seu processo de saída de Guangdong para Moçambique, sua condição de próximos/distantes no período colonial moçambicano e sua posterior dispersão pelo mundo. É a história de dois movimentos com significados distintos, conforme o contexto em que operam.

Sarró e Santos, ao tratarem do movimento religioso kimbanguista fundado no Congo, apresentam as circunstâncias que levaram os Kimbanguistas a Portugal e a maneira como visionam seu retorno para a África. Por sua vez, Guran reflete sobre a volta de africanos da diáspora ao continente de origem, dando conta dos casos de reintegração de antigos escravos e seus descendentes nas sociedades africanas atuais. Sua análise repousa nos Agudás da República do Benim. Estes são todos estudos que privilegiam uma perspectiva histórica que fundamenta o argumento de que o movimento não está necessariamente associado a excepcionalidades ou rupturas, podendo ser um fator estruturante na reprodução social de determinados grupos que se constituem enquanto tais a partir de fluxos, refluxos e projetos migratórios que permeiam processos de pertencimento e exclusão.

E por que não pensar fluxos e movimentos em contextos que não se enquadram nos macrociclos históricos, mas que marcam trajetórias individuais e familiares ou dinâmicas cotidianas? Os artigos de Vasconcelos e Lobo objetivam realizar esse deslocamento. No primeiro caso, o autor realiza uma análise inspiradora sobre o movimento como valor no cotidiano de Mindelo (Ilha de São Vicente, Cabo Verde) ao argumentar que ele constitui um ingrediente central e constante da forma de vida de boa parte da população da ilha há longas décadas. Por sua vez, ao analisar trajetórias de vida marcadas pelos fluxos desde a infância até a vida adulta, Lobo conecta a mobilidade infantil à emigração internacional na Ilha da Boavista (também em Cabo Verde), dando conta do valor do movimento nas dinâmicas familiares e na construção de uma vida interessante.

Resta, ainda, refletir sobre as recorrentes rupturas que a percepção ilusória de novidade impõe ao chamado “novo espaço global”, no qual as fronteiras são porosas e os espaços são desterritorializados, embaralhados e comprimidos (HARVEY, 1996; APPADURAI, 1996; BASCH *et al.*, 1994). O termo desterritorialização talvez seja o mais acionado quando se quer dar conta de processos contemporâneos globais, tais como os de produção e consumo, organização de comunidades, elaboração de práticas políticas e construção de identidades. Em ruptura com o passado, tais processos ocorreriam na atualidade destacados,





separados ou independentes dos espaços locais. Empresas reorganizam suas bases espaciais, migrantes constroem espaços transnacionais, e hiperespaços – aeroportos, franquias, sites – multiplicam-se com suas monótonas qualidades universais (KEARNEY, 1995).

O que propomos é uma diluição desta perspectiva que associa o valor do movimento a uma desvalorização do espaço física e simbolicamente concebido, conforme pressupõe o conceito de desterritorialização. Para isso, devemos estar atentos a casos etnográficos nos quais os dois elementos – o valor do movimento e a valorização do espaço – podem estar articulados, ou seja, contextos nos quais a ênfase nos fluxos não diminui a importância do território e seus limites. Dias, ao analisar a circulação do gênero musical cabo-verdiano *morna* no contexto da *world music*, desenvolve o argumento de que valores como localidade e fluxo podem ser abordados simultaneamente, sem substituição e sem implicar uma relação paradoxal.

Por sua vez, Uriarte Bálsamo propõe, como primeiro passo para analisar o fluxo migratório de jovens africanos em navios de carga, que nos desvencilhemos das ideias essencialmente geográficas com as quais estamos acostumados a pensar os lugares. Tal argumento soma-se à nossa perspectiva (em nada nova na teoria antropológica desde Mauss e Durkheim) de refletir sobre lugares e espaços para além de sua territorialidade física, como um campo relacional e comunicativo (TRAJANO FILHO, 2010). Pensar espaços como campos relacionais ajuda a compreender que os laços que ligam as pessoas entre si, aos espaços, aos objetos e às instituições são múltiplos e variam segundo os sentidos culturais – uma lição básica de antropologia que, se não descartada, nos permite evitar ilusões e encantamentos que em nada colaboram para a compreensão das realidades que nos propomos a analisar.

CENÁRIOS AFRICANOS

O ponto de partida dos artigos presentes nesta coletânea é o universo africano. Não se trata, contudo, de simplesmente compartilhar um mesmo cenário que, de tão vasto e diversificado, pouco nos ajudaria a avançar proposições conclusivas. O que de fato aproxima os trabalhos aqui reunidos é a maneira como enfocam um mesmo fenômeno: o movimento como um fator estrutural nas realidades sociais abordadas, um elemento que não se constitui como uma ruptura em relação à ideia de fronteira mas, ao contrário, é parte do processo de consolidação de limites de tipos variados.

Se a convergência dos autores no tratamento de fenômenos associados ao continente africano não pode ser tomada, de maneira exclusiva, como um





recorte eficiente para a unidade da obra, este foco tem a vantagem de encaminhar algumas discussões interessantes. As sociedades africanas são casos bons para pensar os vínculos entre a mobilidade e a fixação de limites. Dizemos isto não por alguma característica intrínseca e particular a essas sociedades. Trajano Filho, em um dos artigos que compõem esta coletânea, argumenta sobre a importância de não reivindicarmos um monopólio africanista no estudo antropológico dos fluxos. Quando insistimos na relevância de tomarmos por objeto fenômenos que têm como cenário o continente africano, remetemo-nos, de outra maneira, à própria dinâmica do campo da etnologia africana ao longo de décadas de esforços para a compreensão dessas sociedades e para a elaboração de teorias mais abrangentes a partir dos exemplos que oferece.

Em larga medida, foi a partir de material etnográfico proveniente de sociedades africanas que se consolidaram na antropologia as teorias de cunho estrutural-funcionalista em que os limites socioculturais ganhavam significativa rigidez. Com base nessas sociedades, firmou-se o modelo das “tribos”, marcado pela associação entre um povo, uma língua, uma cultura e um território, associação esta implicitamente identificada como o germe da ideia de nação (KOPYTOFF, 1987, p. 4). Por outro lado, argumentos mais recentes, de autores com perspectivas teóricas diferenciadas, convergem no sentido de caracterizar várias das sociedades tradicionais africanas, bem como modernos centros urbanos daquele continente, como realidades sociais surpreendentemente ambíguas, cuja reprodução implica a manutenção de fluxos variados.

Como explicar essa diferença? Os antropólogos pioneiros no estudo de sociedades africanas estariam tão carregados de seus pressupostos teóricos a ponto de não conseguirem enxergar os movimentos de vários tipos e dimensões que tiveram lugar na África subsaariana? Para responder a isto, sugerimos focar nosso olhar em um caso que consideramos emblemático. Em 1953, em um artigo originado no âmago do estrutural-funcionalismo, Meyer Fortes afirmou que

Há poucas sociedades verdadeiramente isoladas em África. A comunicação acontece através de amplas regiões geográficas; e os movimentos de grupos durante longos períodos de tempo, exatamente como aqueles conhecidos pela nossa própria história, espalharam línguas, crenças, costumes, artefatos e comidas produzindo técnicas, bem como a rede de comércio e de governo, através de imensas áreas com grandes populações (FORTES, 1953, p. 18; tradução nossa).





Como fica evidente nesta citação, os movimentos de pessoas, coisas, ideias e valores, bem como a porosidade das fronteiras, sempre foram questões concretas. A abordagem desses fluxos, porém, foi ganhando novos tons. A título de comparação, reproduzimos a seguir trechos dos primeiros parágrafos de uma obra mais recente, publicada na passagem para o século XXI. Trata-se do livro *Congo-Paris: transnational traders on the margins of the law* (MACGAFFEY & BAZENGUISSA-GANGA, 2000). Na linha de uma antropologia que subverte a ênfase nos territórios, os autores seguem as redes globais construídas por comerciantes congolezes na França. A temática é assim introduzida:

Abrimos com uma cena que resume as complexidades culturais e justaposições do mundo de hoje. O lugar é um canto vazio no vasto *lobby* de um grande e ultramoderno hotel em um subúrbio de Paris, um local de encontro escolhido pelo nosso informante. Ele é um próspero atacadista congolês, um importador de alimentos africanos para a comunidade imigrante africana em Paris. [...] Urbano e bem vestido, ele está à vontade falando em nosso gravador. Seu francês fluente gradualmente se torna mais rápido e volúvel conforme ele se deixa levar contando os problemas que teve com seus irmãos em Brazzaville. [...]

No meio deste conto, um bando de turistas japoneses de repente chega e se estabelece nas cadeiras ao nosso redor. [...] Ele continua com uma descrição detalhada de um *nganga* no Congo comunicando-se com um tio falecido, tentativas de outro *nganga* para curar sua doença causada por bruxaria, e suas intenções de trazer para a França sua irmã com o marido, que até agora não puderam ter filhos, a fim de tentar uma fertilização *in vitro*.

Neste cenário de luxo urbano, comércio internacional, turismo internacional, uma multiplicidade de línguas e culturas e medicina tradicional e moderna misturam-se, enquanto a história de Jerome atravessa divisões culturais, espaços geográficos e temporais, tecnologias simples e sofisticadas. Aqui vemos a mistura global de culturas no final do século XX justapostas na vida de um indivíduo (MACGAFFEY & BAZENGUISSA-GANGA, 2000, p. 1-2; tradução nossa).

Comparando os dois textos, percebemos uma diferença sobretudo de ênfase. O movimento não passou inteiramente despercebido a Meyer Fortes, mas não constituiu, por certo, o cerne do debate desenvolvido por este autor. Os artigos





nesta coletânea aproximam-se da segunda perspectiva – quando os olhares estão direcionados para os fluxos como centro de nossa atenção. Mas o que buscamos é mais que redirecionar olhares. Há, na base desse redirecionamento, uma preocupação de outra ordem. Não basta que o movimento seja o foco. Ele é tomado como um elemento estrutural, com profundidade histórica, capaz de ser simultaneamente uma questão e uma resposta para diferentes dimensões da vida social.

Vasconcelos, em seu artigo nesta obra, remete à mobilidade em Cabo Verde como um valor instrumental e moral. Trata-se de uma resposta a problemas de várias ordens, uma ferramenta na criação de oportunidades. Mas, como um valor, a mobilidade é igualmente a base de uma moralidade específica. Há, portanto, um plano utilitário e um plano moral na prática da mobilidade.

Tal argumento também é evidente no tratamento que Sarró e Santos conferem à noção de “retorno” no contexto da Igreja Kimbanguista. Nesse texto sobre fluxos e refluxos nas redes que ligam África e Europa, a ideia de retorno como uma categoria teológica, e não um projeto de vida, extrapola o plano utilitário e leva o movimento, novamente, para o plano moral.

A partir de uma perspectiva em que o movimento é tomado a um só tempo como causa e efeito, também a dimensão temporal merece ser revista, inter-relacionando passado e presente. É o que faz Uriarte Bálsamo em seu artigo sobre jovens africanos que cruzam o Atlântico clandestinamente em navios. Não é possível fechar os olhos aos vínculos históricos entre o fenômeno que analisa e as estruturas políticas e econômicas do passado, sobretudo o tráfico de escravos. Contudo, atenta à particularidade do presente, a autora também aborda este caso de mobilidade como uma via encontrada por esses jovens para seu acesso à modernidade, ou seja, como uma estratégia de inclusão social.

Ainda, vale reforçar uma vez mais que o tratamento desses fluxos não diminui necessariamente a importância dos signos de pertencimento, bem localizados. É o que evidencia Lobo em seu artigo, em que a abordagem da circulação de crianças em Cabo Verde acompanha um olhar sobre a “casa” como uma marca de pertencimento que prende o indivíduo a um grupo. Trata-se de um contexto em que o movimento fortalece laços e constrói relações sociais. Também no texto de autoria de Guran, vemos como a mobilidade pode estar na base de projetos identitários. Neste caso, o retorno de ex-escravos ao continente africano, bem como a memória de suas experiências na América são a chave no processo de reintegração social desse grupo. Por fim, Sansone apresenta o caso paradigmático de Cabo Verde, onde os fluxos e a fusão de culturas criam algo “original”, base para uma ideia de nação. Naquele país do Atlântico, o discurso da crioulezização abre um terreno fértil para narrativas sobre africanidade construídas “de fora



para dentro” (no sentido sul-sul). Trata-se de um longo processo de construção de identidades em contextos marcados por fluxos diversos, estruturado, porém, de forma muito distinta do discurso hoje hegemônico de valorização da diversidade. São projetos identitários que revelam o enraizamento dos fluxos na ordem social.

DIFERENTES FORMAS NARRATIVAS NO ESTUDO DOS FLUXOS

Voltamos agora à questão metodológica anteriormente colocada. É possível analisar essas realidades caracterizadas por trânsitos diversos utilizando as ferramentas teórico-metodológicas tradicionais da antropologia? Quais os limites do método etnográfico quando a tarefa a que nos propomos é o tratamento dos movimentos de múltiplas naturezas? Neste livro, optamos por alimentar o debate sobre método através de um diálogo direto com outras formas narrativas a fim de ampliar o campo de possibilidades analíticas.

Servindo não apenas como exemplos empíricos a enriquecer a discussão sobre mobilidade, obras literárias, filmes, músicas e fotografias aparecem aqui como fonte de olhares diferenciados sobre as questões propostas pela antropologia. Buscamos o diálogo com essas produções na expectativa de que provoquem uma nova percepção dos movimentos.

O desafio é enfrentado em vários artigos desta coletânea. Na análise da mobilidade como valor em Cabo Verde, Vasconcelos toma um poema como “uma espécie de ensaio protoetnográfico” e apresenta uma canção como “quase uma peça de etnografia”. Se há, nos termos usados, uma hierarquização de formas narrativas que favorece a etnografia, Vasconcelos revela, por outro lado, algumas vantagens das peças artísticas. Nelas cruzam-se fluxos de vários tipos: não apenas aqueles mencionados nas obras, mas também aqueles que estão na própria gênese de poemas e canções, uma vez que marcam a biografia de seus autores. O tratamento que Vasconcelos dá a essas narrativas leva-nos a refletir sobre a dimensão da referencialidade nas análises que empreendemos. Se um dos abusos cometidos pelos cientistas sociais no tratamento dos fluxos é a ilusão de que o observador permanece imóvel, conforme argumenta Trajano Filho no capítulo a seguir, a literatura e a música parecem trazer de maneira mais livre a influência das experiências do próprio autor em suas obras.

Dias também revela em seu texto como a música pode ser simultaneamente um objeto de circulação, um espaço para a reflexão sobre o movimento e um produto das trajetórias pessoais dos autores. A temática da mobilidade não é monopólio das discussões acadêmicas. Ainda mais relevante é o fato de que essas outras narrativas favorecem a desconstrução de muitas das dicotomias que insistentemente aparecem na literatura produzida pelas ciências sociais.

De maneira particular, dois ensaios neste livro assumem de frente a tarefa de colocar em pé de igualdade narrativas acadêmicas e não acadêmicas sobre o



movimento. Respondendo a um convite para comparar artigos presentes neste livro com produções filmicas que abordam temáticas semelhantes, os ensaios em questão apontaram para o desafio da etnografia no tratamento dos afetos. No exercício comparativo proposto, Silva resgata os sentimentos como objeto analítico – em particular, a desordem emocional promovida pela transição do colonialismo para o pós-colonialismo. A autora lembra aos cientistas sociais a necessidade de se pensarem os afetos como meio de produção de conhecimento do mundo. Em outro texto, Bongianino, Costa e Morais trazem etnografia, fotografia e cinema em um encontro produtivo sobre o tratamento de trajetórias de dor, quando a mobilidade é acompanhada pela violência. As diferentes opções narrativas são abordadas nesse ensaio não apenas como espaços para pensar; são entendidas, elas próprias, como pensamento. As diversas linguagens conformam diferentes realidades, carregadas de poder transformador.

Motta acrescenta ainda à discussão outra linguagem: uma narrativa expográfica que parte de experiências afetivas materializadas. Em um ensaio original sobre o processo de disputas por meio do qual uma narrativa museográfica em particular foi construída, o autor apresenta diferentes lógicas de compreensão sobre a África, em distintos contextos de fluxos Sul-Sul.

Por fim, Pina Cabral retoma, de maneira provocadora, o mote da “percepção ilusória de novidade” que orienta esta obra. O artigo que fecha a coletânea traz à luz o “experimento” de Junot que, em 1911, já jogava com diferentes formas narrativas para melhor lidar com a produção do conhecimento. Analisando um romance escrito há um século por este que foi um dos maiores etnógrafos de todos os tempos, Pina Cabral argumenta que o recurso à ficção foi o caminho encontrado por Junot para lidar com o presente: um campo de lutas, contraditório e inacabado.

O LIVRO

Esta obra é fruto do encontro de um conjunto de pesquisadores que abordam contextos africanos a partir de temáticas diferenciadas e que aceitaram o desafio lançado pelas organizadoras de (re)pensar seus dados etnográficos pelo viés dos fluxos e do movimento. O encontro, em sua primeira versão, aconteceu em 2010, na Universidade de Brasília, por ocasião do Seminário África em Movimento, evento que reuniu a maioria dos autores que compõem a presente coletânea.¹ Este Seminário inaugurou um diálogo acadêmico altamente frutífero que tem

¹ João de Pina Cabral e Ramón Sarró não estiveram presentes no referido evento, mas participaram do ciclo de seminários do Departamento de Antropologia da UnB (Seminários do DAN) estimulados pelo mesmo desafio que norteou as apresentações dos demais autores.





sido alimentado desde então em espaços diferenciados (bancas de avaliação, organização de grupos de trabalho e mesas redondas em eventos nacionais e internacionais, realização de seminários, minicursos e concepção de projetos em conjunto)² e que assume forma de publicação na presente obra.

Enquanto resultado desse encontro, o livro guarda algumas das características do diálogo realizado naquela ocasião – entre os autores, entre os textos e entre estes e o cinema, a literatura e a música. Neste sentido, o leitor encontrará nos capítulos que seguem artigos de cunho mais teórico e/ou metodológico, textos etnográficos oriundos de pesquisas de longa duração, reflexões que resultam de pesquisas longitudinais que ainda estão em andamento e ensaios que refletem sobre as possíveis interações entre a linguagem etnográfica e a linguagem fílmica.

Cada um à sua maneira, os autores que compõem esta obra partilham da perspectiva crítica que norteia esta introdução, respondendo criativamente ao que Trajano Filho desenvolve no artigo a seguir: os riscos de uma apropriação inadequada das ideias de fluxo e movimento, especialmente em contextos africanos. Realizando uma revisão cuidadosa e influente de parte da vasta literatura sobre o continente africano, o autor apresenta os perigos das respostas apressadas e desenvolve o argumento de que os melhores modelos para a compreensão das formas significativas e das culturas políticas africanas são os que integram as ideias de fluxos, movimentos e apropriações criativas de influências externas como traços fundamentais da vida social do continente, sem fazerem qualquer referência à condição da contemporaneidade derivada da globalização.

* * *

Os recursos utilizados para a organização do Seminário e desta publicação foram viabilizados por um conjunto de instituições sem as quais seria impossível realizar um projeto de tal porte, que reúne desde renomados pesquisadores internacionais e nacionais até estudantes de pós-graduação. Agradecemos ao projeto CAPES/PROCAD, ao Decanato de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade de Brasília e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB pelo apoio financeiro e institucional. Devemos tornar público nosso agradecimento aos colaboradores desta obra por aceitarem o desafio por nós lançado, em especial ao professor Wilson Trajano Filho que, em todas as fases do projeto, se mostrou pronto ao mais frutífero diálogo. Finalmente, o nosso agradecimento a Sara Morais, Denise da Costa e Claudia Bongianino por sua criativa e solidária colaboração nas atividades que resultam neste livro.

2 Destacamos o projeto CAPES/PROCAD “Relações de alteridade e a produção das desigualdades: uma perspectiva Sul-Sul” que integra o PPGAS/UnB, o PPGA/UFPE e o Pós-Afro/UFBA.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, Arjun. Global Ethnoscapes: Notes and Queries for a Transnational Anthropology. In: ___. *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

BASCH, Linda; SCHILLER, Nina & BLANC, Cristina Szanton. *Nations Unbound. Transnational projects, postcolonial predicaments and deterritorialized nation-states*. Langhorne: Gordon & Breach, 1994.

CHANDA, Nayan. *Sem Fronteira. Os comerciantes, missionários, aventureiros e soldados que moldaram a globalização*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

FORTES, Meyer. The Structure of Unilineal Descent Groups. *American Anthropologist*, 55 (1), p. 17-41, 1953.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-chave da Antropologia Transnacional. *Mana*, 3 (1), p. 7-39, 1997.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

KEARNEY, Michael. The local and the global: The anthropology of globalization and transnationalism. *Annual Review of Anthropology*, 24, p. 547-565, 1995.

KOPYTOFF, Igor. The Internal African Frontier: The Making of African Political Culture. In: ___. (org.). *The African Frontier: The Reproduction of Traditional African Societies*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

MACGAFFEY, Janet & BAZENGUISSA-GANGA, Rémy. *Congo-Paris: Transnational traders on the margins of the law*. Bloomington / Oxford: Indiana University Press / James Currey, 2000.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologia da Globalização. Circulação de pessoas, mercadorias e informações. *Série Antropologia*, 435, 2011.

TRAJANO FILHO, Wilson. Introdução. In: ___. (org.). *Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. Brasília: Athalaia, 2010.



